

Produção de conhecimento, perspectivas e referências teórico-práticas na terapia ocupacional brasileira: marcos e tendências em uma linha do tempo

Sandra Maria Galheigo^a , Claudia Pellegrini Braga^a, Mariana Aparecida Arthur^b,
Catia Mari Matsuo^b

^aDepartamento de Fisioterapia, Fonoaudiologia e Terapia Ocupacional, Universidade de São Paulo – USP, São Paulo, SP, Brasil.

^bUniversidade de São Paulo – USP, São Paulo, SP, Brasil.

Resumo: Ao longo de sua história, a terapia ocupacional brasileira vem incorporando e modificando perspectivas teórico-metodológicas e referenciais teórico-práticos em consonância com os contextos históricos, sociais e políticos. A produção acadêmica e profissional tem sido um importante vetor de divulgação de novos referenciais para a profissão. Este artigo visa apresentar a incorporação de perspectivas teórico-metodológicas e referenciais teórico-práticos pela terapia ocupacional brasileira de 1956 a 2017, em diálogo com marcos históricos, sociais e políticos, tomando como base os periódicos nacionais indexados da área e a literatura cinzenta para os anos anteriores a essas publicações. Trata-se de pesquisa teórica sobre os fundamentos histórico-epistemológicos da terapia ocupacional por meio de mapeamento e análise da produção para identificação de tendências e regularidades, visando produzir uma proposta de sistematização da incorporação de perspectivas e referenciais na área. O estudo identificou quatro movimentos principais: (i) Constituição das primeiras bases teórico-práticas da terapia ocupacional no Brasil; (ii) Problemática dos saberes e práticas da terapia ocupacional, a partir de aportes da Saúde Coletiva e das Ciências Humanas e Sociais; (iii) Constituição dos campos de saber e prática da terapia ocupacional por meio de contextualização sociopolítica, problematização teórico-conceitual e proposição de práticas emancipatórias; (iv) Intensa diversificação teórico-conceitual e metodológica na produção de saberes e práticas de terapia ocupacional. Estudos panorâmicos da produção acadêmica e profissional são necessários às reflexões epistemológicas da profissão. O estudo identificou o surgimento do pensamento crítico na terapia ocupacional brasileira ao final dos anos 1970 e a continuidade de práticas, saberes, perspectivas e referências presentes anteriormente.

Palavras-chave: *Conhecimento, Terapia Ocupacional/Tendências, História.*

Knowledge production, perspectives and theoretical-practical references in Brazilian occupational therapy: milestones and tendencies in a timeline

Abstract: Throughout its history, occupational therapy in Brazil has been incorporating and modifying theoretical-methodological perspectives and theoretical-practical references in consonance with historical, social and political contexts. Academic and professional production has been an important tool for spreading new references to the profession. This article aims to present and discuss the emergence of theoretical-methodological perspectives and theoretical-practical references by the Brazilian occupational therapy, from 1956 to 2017, according to historical, social and political milestones, based on indexed national journals of the area and gray literature for the years

Autor para correspondência: Sandra Maria Galheigo, Centro de Docência e Pesquisa, Faculdade de Medicina, Universidade de São Paulo, Rua Cipotânea, 51, Cidade Universitária, CEP 05360-160, São Paulo, SP, Brasil, e-mail: sandramg@usp.br

Recebido em Jun. 20, 2018; 1ª Revisão em Set. 11, 2018; Aceito em Out. 23, 2018.



Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

before their creation. This is a theoretical research on the historical-epistemological foundations of occupational therapy. We mapped and analyzed the production to identify trends and regularities, and thus present a systematic proposal of incorporation of perspectives and references in the area. This study identified four main movements: (i) Constitution of the first theoretical-practical bases of occupational therapy in Brazil; (ii) Problematization of the knowledge and practices of occupational therapy, based on contributions from Collective Health and Human and Social Sciences; (iii) Constitution of the fields of knowledge and practice of occupational therapy through socio-political contextualization, theoretical-conceptual problematization and proposition of emancipatory practices; (iv) Intense theoretical-conceptual and methodological diversification in the production of occupational therapy knowledge and practices. Panoramic studies on academic and professional production are necessary for the epistemological reflection of the profession. The study identified the emergence of critical thinking in Brazilian occupational therapy at the end of the 1970s, and the continuity of practices, knowledge perspectives and references previously presented.

Keywords: *Knowledge, Occupational Therapy/Trends, History.*

1 Introdução

Compreender a terapia ocupacional como um núcleo profissional composto por saberes e práticas (CAMPOS, 2000; MALFITANO, 2005) implica em explorar, conhecer e debater acerca das tendências e tensões que têm sido produzidas longitudinalmente no saber-fazer profissional. Trata-se, portanto, de reconhecer que as perspectivas, referências, modelos e abordagens utilizados expressam modos de entendimento e ação da terapia ocupacional em consonância com sua época, que podem ou não ter continuidade no curso histórico da profissão.

Ao longo dessas seis décadas, desde a criação dos primeiros cursos de terapia ocupacional no Brasil, em 1956, referenciais teóricos e metodológicos vêm sendo incorporados e substituídos de acordo com os contextos e mudanças históricas, sociais e políticas do país, tendo sido o ensino, a pesquisa e a extensão, desenvolvidos nas universidades, importantes vetores de produção de novas perspectivas e tendências para a profissão. A incorporação de novas perspectivas teórico-metodológicas¹ e referenciais teórico-práticos² acontece, também, em diálogo com reconfigurações no âmbito das políticas públicas, com recomendações de organismos internacionais e com a difusão de novas tecnologias e tendências produzidas nos cenários nacional e/ou internacional.

A emergência de novas perspectivas e referenciais pode ser entendida como produto e expressão de um processo de problematizar o instituído, quando determinados modos de pensar-fazer vão sendo colocados em questão, de tal maneira a desconstruí-los enquanto verdades, abrindo-se espaço para novas proposições. Assim, o processo de problematização, que acontece em conjunturas sócio-históricas, resulta na criação de distintos modos de compreensão das questões que se colocam em uma determinada época, bem como inauguram um conjunto de tendências de práticas da profissão. Dessa forma, o processo de

problematização se relaciona necessariamente com a prática. Trata-se, assim, de colocar em movimento aquilo que anteriormente era ou parecia ser fixo, abrindo-se a possibilidade de criação de novos saberes e fazeres.

Em vários momentos históricos da terapia ocupacional no Brasil, estudiosos têm problematizado acerca da constituição de saberes e práticas da profissão, em geral (FRANCISCO, 1988; GALHEIGO, 1988, 1999, 2012; MEDEIROS, 1989, 1990, 2000, 2003; PINTO, 1990a; BARROS, 1991; SOARES, 1991; LIMA, 1997, 1999, 2003; MÂNGIA, 1998). Entretanto, ainda hoje há carência de estudos de terapia ocupacional no Brasil que busquem compreender possíveis periodicidades no surgimento de novas perspectivas, que resultaram em incorporações, mudanças ou rupturas importantes em relação aos saberes e práticas anteriormente produzidos. Assim, a motivação deste estudo advém da ausência de estudos dessa ordem e do pressuposto de que um estudo acerca do surgimento de problematizações na terapia ocupacional permite uma reflexão crítica sobre a constituição dos modos de saber-fazer na profissão.

Este artigo visa apresentar e discutir a incorporação de perspectivas teórico-metodológicas e referenciais teórico-práticos pela terapia ocupacional brasileira, de 1956 a 2017, em diálogo com marcos históricos, sociais e políticos, tomando como base os periódicos nacionais indexados da área e a literatura cinzenta.

2 Metodologia

Trata-se de pesquisa teórica sobre os fundamentos histórico-epistemológicos da terapia ocupacional por meio de mapeamento e análise da produção. Em fase inicial, foi realizada revisão de escopo dos periódicos nacionais indexados da área e da literatura cinzenta para os anos anteriores à sua publicação.

Posteriormente, foi realizada uma análise teórica que buscou identificar tendências e regularidades em diálogo com sua contextualização histórica, de modo a produzir uma proposta de sistematização da incorporação de perspectivas e referenciais na área.

Segundo Mays, Roberts e Popay (2001), a revisão de escopo visa mapear conceitos-chave que sustentam uma determinada área de conhecimento, bem como as principais fontes e tipos de evidência que se mostram disponíveis. São revisões realizadas em áreas complexas e não pesquisadas amplamente em estudos anteriores. A revisão de escopo se difere de outras revisões na medida em que não busca responder perguntas específicas de pesquisa nem avaliar a qualidade dos materiais incluídos. Esse tipo de pesquisa pode rever fases anteriores, mudar palavras de busca e mesmo questões, pois seu foco maior é na amplitude, em lugar da profundidade.

Seguindo as etapas de uma revisão de escopo descritas por Arksey e O'Malley (2005), a pesquisa seguiu os seguintes passos: (i) identificar a questão de pesquisa; (ii) identificar os estudos relevantes; (iii) selecionar os estudos relevantes para as questões; (iv) organizar os resultados em uma matriz de dados; (v) organizar, sumarizar e relatar os resultados. As questões norteadoras da revisão foram: (i) Que referenciais teórico-práticos são identificados na produção de conhecimento da terapia ocupacional no Brasil, de 1956 a 2017? (ii) A que perspectivas teórico-metodológicas se referem? (iii) Que produtos (tais como artigos e teses, dentre outros) introduzem conceitos e referenciais teórico-práticos inovadores, relativos a que tempo e momento histórico, e a que campos de saber e prática da terapia ocupacional?

O critério de inclusão das produções na revisão de escopo variou conforme o período. Para o levantamento da produção em terapia ocupacional anterior a 1990, foi utilizada literatura cinzenta, de autoria de terapeutas ocupacionais, composta por documentos históricos e de referência cujo objeto era a terapia ocupacional, e que resultaram em impacto ou refletiram acerca da constituição da profissão, a saber: documentos, livros, dissertações

de mestrado, sítios eletrônicos com informações históricas e resumos completos em anais de eventos de âmbito nacional e regional da categoria, anteriores a 1990, que estavam disponíveis em acervos pessoais. No caso das dissertações que foram posteriormente publicadas, fez-se uso das publicações.

Para o período de 1990 a 2017, foram utilizados os dois periódicos nacionais indexados de terapia ocupacional que reúnem a maior parte da produção nacional da área, a saber: Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo e Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional. Optou-se pela varredura manual dos periódicos, para evitar discontinuidades resultantes do ano de indexação e por ausências de fascículos identificadas nas consultas dos bancos de dados. Após a leitura dos resumos, foram incluídos artigos, ensaios, relatos de experiência e debates, com autoria de terapeutas ocupacionais com inserção profissional nacional. Foram excluídos os editoriais, resumos de tese e dissertação, e traduções. Literatura cinzenta relevante para a área de fundamentos de terapia ocupacional, como livros e capítulos de livros, foi também incluída no período.

Após o levantamento inicial da produção, uma matriz foi organizada contendo as seguintes informações: título, autoria, ano, local de vínculo profissional do autor, detalhes da produção (nome do periódico, do evento, dentre outras informações de referência). Para o período anterior a 1990, os anais foram lidos integralmente; os demais materiais foram consultados pontualmente, já que eram do conhecimento da primeira autora. Para o período de 1990 a 2005, os artigos foram lidos integralmente, buscando identificar a incorporação de conceitos e ideias inéditas, novas problematizações e a emergência do pensamento crítico na produção da terapia ocupacional brasileira. A Tabela 1 sintetiza o número de produções analisadas.

Os artigos deste período foram analisados e categorizados segundo a seguinte classificação de tendências:

Tabela 1. Número de produções analisadas por tipo e classificação de tendências.

Tipo de produção	1*	2*	3*	4*	5*	Nº
Artigos 1990-2005	125	41	42	42	29	279
Títulos e resumos dos artigos 2006-2017						596
Documentos						1
Dissertações e teses (mestrado e doutorado)						5
Livros						5
Trabalhos completos em anais de eventos						27
Sítios eletrônicos						2

Fonte: Elaboração própria (2018). Os valores indicados na forma de estrelas (*) estão discriminados na Metodologia.

- 1*. Não introduz aportes conceituais, ideias, perspectivas e/ou práticas assistenciais inéditos ou significativamente inovadores frente ao produzido pela terapia ocupacional na época.
- 2*. Introduz algum aporte conceitual, ideia, perspectiva e/ou prática assistencial, inédito ou significativamente inovador, frente ao produzido pela terapia ocupacional na época.
- 3*. Introduz aportes conceituais, ideias, perspectivas e/ou práticas assistenciais, inéditos e relevantes a temas da época, embora com poucas referências explícitas à terapia ocupacional e/ou pouca tradução de conhecimento para a prática profissional e/ou associado à perspectiva teórico-prática desenvolvida previamente.
- 4*. Introduz algum aporte crítico, sejam conceitos, ideias, perspectivas e/ou práticas assistenciais referentes a temas e questões considerados significativos para a época, com expressivas referências à terapia ocupacional.
- 5*. Introduz aportes críticos relevantes, sejam conceitos, ideias, perspectivas e/ou práticas assistenciais referentes a temas e questões considerados significativos para a época, com expressivas referências à terapia ocupacional.

Para a produção de 2006 a 2017, foram lidos os títulos e resumos para identificar aportes conceituais, ideias, perspectivas e/ou práticas assistenciais inéditos e assinalá-los, de forma panorâmica neste artigo, à luz dos marcos históricos, sociais e políticos. Constatou-se que o período demandava uma metodologia de análise específica para abarcar o volume, a complexidade e a peculiaridade das produções, em sua maioria resultado de pesquisas. Embora novas e importantes referências tenham sido incorporadas, um número significativo de produções faz pouca ou, às vezes, nenhuma menção explícita à terapia ocupacional ou às implicações para a prática profissional, inviabilizando o uso da classificação utilizada para os anos anteriores, pois a análise preliminar indicou que a maioria se classificaria como três estrelas.

Após a realização da revisão de escopo, a pesquisa buscou responder a quatro questões a partir de uma abordagem reflexiva e contextualizada historicamente: (i) Que regularidades, consonâncias e tendências podem ser deduzidas da introdução de novos referenciais teórico-práticos e perspectivas teórico-metodológicas no processo de produção de conhecimento na terapia ocupacional no Brasil?

(ii) Que marcos históricos, sociais e políticos estão correlacionados a esse processo? (iii) Que marcos históricos e que outros condicionantes da profissão no Brasil estão correlacionados a esse processo? (iv) Que novas problematizações podem ser identificadas no processo de produção de conhecimento na terapia ocupacional no Brasil, a partir das regularidades, consonâncias e tendências observadas?

Para atender os objetivos do artigo e considerando os limites de indicar um número alto de referências, optou-se por referir no texto as que mais se destacavam por relevância, ineditismo ou ordem de surgimento.

3 Resultados e Discussão

O primeiro nível de análise da pesquisa possibilitou identificar e compreender a existência de regularidades na introdução de novos referenciais teórico-práticos e perspectivas teórico-metodológicas na produção de conhecimento na terapia ocupacional no Brasil, considerando marcos históricos, sociais e políticos nacionais, o que levou à organização das referidas regularidades em quatro movimentos.

A ideia de *movimento* origina-se de uma dupla compreensão. Por um lado, embora haja consonâncias e sincronidades no que foi produzido em determinadas conjunturas, as ideias e as ações expressas surgiram, por vezes, de modo não articulado e heterogêneo. Por outro lado, a ideia de movimento implica também a compreensão de que as problematizações produzidas geraram deslocamentos em relação às concepções e práticas vigentes no período anterior.

Assim, as novas referências e perspectivas incorporadas em cada período não apresentam fonte única nem são orientadas por apenas uma escola de pensamento, estando as referências teóricas e práticas da profissão identificadas, na produção estudada, relacionadas, em maior ou menor grau, a mais de uma perspectiva teórico-metodológica. Isso significa afirmar que não procede a uma correspondência um a um entre as referências teóricas e práticas e as perspectivas teórico-metodológicas na produção da área. Nos quatro movimentos, foi possível apontar momentos de incorporação de diferentes perspectivas a partir da introdução de novos referenciais na produção, o que não significou o abandono de um conjunto de saberes relativos a perspectivas introduzidas anteriormente. De certo modo, múltiplos saberes e modos de pensar correlacionados a distintas perspectivas marcam a produção de terapia ocupacional e o que ocorre é que as produções expressam, em maior ou menor grau, certas perspectivas.

A primeira fase do estudo identificou assim quatro movimentos distintos na produção da terapia ocupacional brasileira analisada (Tabela 2), classificados e datados a partir da análise empírica da produção, não havendo qualquer marco temporal *a priori*, exceto o início em 1956.

3.1 Primeiro movimento: constituição das primeiras bases teórico-práticas da terapia ocupacional no Brasil

O primeiro movimento – no âmbito da constituição dos saberes e práticas da terapia ocupacional no Brasil – teve início a partir da própria criação e implantação dos primeiros cursos de terapia ocupacional na Escola de Reabilitação do Rio de Janeiro, em 1956, e no Instituto de Ortopedia do Hospital das Clínicas da Universidade de São Paulo, em 1957 (SOARES, 1991). Embora Nise da Silveira já produzisse uma prática de terapia ocupacional desde meados dos 1940, no Rio de Janeiro, e oferecesse um curso de capacitação em saúde mental desde 1948 (SOARES, 1991), suas contribuições foram deixadas à margem da institucionalização da profissão no país, nesse primeiro momento. A produção acadêmica de sua autoria, de caráter mais propositivo em relação à terapia ocupacional, foi mais tardia (SILVEIRA, 1966, 1979), sendo a primeira uma retrospectiva histórica dos 20 anos anteriores do trabalho desenvolvido no Engenho de Dentro.

A formação do terapeuta ocupacional que veio a vigorar no Brasil tinha origem anglo-saxã, sendo implementada via difusão internacional das profissões de reabilitação no contexto do mundo capitalista, no pós-guerra. Desde os anos 1940, as ações do Movimento Internacional de Reabilitação vinham resultando na conquista de uma série de leis protecionistas para o então denominado deficiente físico ou mental e na implantação de programas especiais na previdência social e em serviços

hospitalares (SOARES, 1991). Em paralelo, além dos esforços da Federação Mundial de Terapeutas Ocupacionais, criada em 1952, havia o papel da Organização das Nações Unidas e de suas agências (OMS, OIT, UNESCO e UNICEF), coordenando, planejando e suprimindo reforços para a implantação de projetos de reabilitação nos continentes, o que resultou, para a América do Sul, na criação do Instituto Nacional de Reabilitação, em 1956, em São Paulo (SOARES, 1991).

O conhecimento difundido no Brasil, à época da criação dos cursos, era próprio de um determinado momento teórico-epistemológico da profissão nos países norte-americanos, nomeado por Kielhofner e Burke (1977) como “paradigma reducionista”. Houve, assim, no cenário nacional, uma incorporação e reprodução de práticas profissionais sob a égide da reabilitação de caráter eminentemente técnico e consonante com o modelo biomédico hegemônico. Replicavam-se procedimentos de avaliação e tratamento ensinados, que eram produzidos a partir de bases biológicas, cinesiológicas, psicológicas e clínicas, de modo a garantir os critérios de cientificidade considerados necessários (FRANCISCO, 1988; SOARES, 1991).

As intervenções realizadas tinham como objetivos principais: (i) a reabilitação, entendida como adaptação biopsicossocial (WILLARD; SPACKMAN, 1973), por meio de desenvolvimento de habilidades e aspectos sensoriais (DOMENICO, 1972; RODRIGUEZ, 1974); (ii) a mudança de comportamento (MEYERHOF, 1972; TELG; MEYERHOF; BAILÃO, 1974); (iii) a restauração da função física (DOMINGOS; TAMASO; TANIGAKI, 1974); (iv) o treino de atividades da vida diária (SCHIVARTCHE; LINDENBOJM, 1972). A orientação psicodinâmica dos Fidler e dos Azima, a terapia neurodesenvolvimentista dos Bobath e a técnica de estimulação de Rood, para citar algumas, também foram referenciais internacionais incorporados (FRANCISCO, 1988; SOARES, 1991). Nesse sentido, as primeiras referências teóricas e práticas da profissão foram biomecânicas,

Tabela 2. Nome dos movimentos por ano de surgimento.

Movimentos	Início	Nome do movimento
1º	1956	Constituição das primeiras bases teórico-práticas da terapia ocupacional no Brasil
2º	Fim dos 1970s	Problematização dos saberes e práticas da terapia ocupacional, a partir de aportes da Saúde Coletiva e das Ciências Humanas e Sociais
3º	1997	Constituição dos campos de saber e prática da terapia ocupacional por meio de contextualização sociopolítica, problematização teórico-conceitual e proposição de práticas emancipatórias
4ª	2006	Intensa diversificação teórico-conceitual e metodológica na produção de saberes e práticas de terapia ocupacional

Fonte: Elaboração própria (2018).

neurodesenvolvimentistas, percepto-cognitivas, comportamentais (condicionamento operante) e, também, psicodinâmicas, o que aponta para práticas alinhadas com a perspectiva positivista e, também, influenciadas pela psicanálise.

Os cursos de terapia ocupacional, neste primeiro momento, eram ambientes de formação técnica e não de produção científica, tendo a capacitação docente se iniciado apenas em meados dos anos 1980. O corpo docente, composto por profissionais com formação técnica especializada, deveria transmitir conhecimentos de caráter eminentemente prático, a partir das experiências desenvolvidas nos serviços e instituições. Havia um questionamento acerca da preparação didática do professor, mas não uma preocupação com a formação para pesquisa e produção do conhecimento (EMMEL; LANCMAN, 1998; REIS; LOPES, 2018).

A partir de meados dos anos 1960, outras influências passaram a configurar a prática da terapia ocupacional. Inicialmente, sob a influência da psiquiatria social de Luís Cerqueira (CERQUEIRA, 1965) e do advento das comunidades terapêuticas, a profissão começou a fazer uso da abordagem socioterápica, incorporando, entre suas abordagens o grupo operativo, os grupos com famílias e as oficinas ou ateliês de atividades (ARB, 1972). Esse movimento inaugurou a entrada da perspectiva humanista na produção nacional da profissão. Já no início da década de 1970, Jô Bennetton (CENTRO..., 2018), em São Paulo, e Rui Chamone Jorge (GRUPO..., 2018), em Minas Gerais, iniciaram ciclos de estudos em psicodinâmica cujas discussões seriam o embrião dos métodos de terapia ocupacional que eles desenvolveriam mais tarde no Brasil, sendo, respectivamente, o Método Terapia Ocupacional Dinâmica (BENETTON, 1991) e o Método de Psicoterapia Ocupacional, também conhecido como Método Crítico-Laborativo das Relações Humanas (JORGE, 1995). Assim, a perspectiva psicanalítica passou a ser incorporada na produção nacional em uma compreensão distinta da proposta inicialmente pelos Fidler e os Azima (CASTRO et al., 2004).

3.2 Segundo movimento: problematização dos saberes e práticas da terapia ocupacional, a partir de aportes da Saúde Coletiva e das Ciências Humanas e Sociais

Ao fim dos anos 1970, surgiram as primeiras inquietações com o exercício profissional, cuja fundamentação

[...] advinda da formação técnica e reducionista hegemônica [...], não conseguia justificar os fracassos em programas reabilitacionais nem tampouco subsidiar a emergente intervenção em programas educativos e de promoção à saúde (SOARES, 1991, p. 11).

Um dos marcos históricos mais importantes do período foi a centralidade que a universidade passou a ter na produção de saberes e práticas da terapia ocupacional, no Brasil. Com a crescente implantação de cursos de graduação em terapia ocupacional em universidades (SOARES, 1991) e o apoio de projetos de extensão universitários, houve a ampliação de práticas em outros domínios de intervenção além da reabilitação física e da saúde mental, com a proposição de ações em instituições, territórios e campos diversos – terapia ocupacional social, práticas hospitalares em enfermaria geral/disfunções internas e cirúrgicas, saúde comunitária (PINTO, 1979; SOARES; MARQUES, 1979; ASSOCIAÇÃO..., 1980; NASCIMENTO, 1990a; PÁDUA, 1991).

A terapia ocupacional beneficiava-se, ainda e de modo fundamental, do debate acadêmico que o ambiente universitário possibilitava. Neste momento, foram elaboradas e apresentadas novas problematizações críticas ao modelo biomédico e cientificista hegemônico, e às práticas realizadas nas instituições totais. Ademais, na medida em que seus docentes ingressaram formalmente em programas de pós-graduação senso estrito, um processo de reflexão profissional começou a ganhar consistência teórica nas produções, ao incorporar saberes provenientes das Ciências Humanas e Sociais, a partir do diálogo com pensadores como Foucault, Goffman, Freire, Basaglia e autores marxistas. Novos deslocamentos passaram a ser produzidos no modo de se pensar a terapia ocupacional, colocando em questão o modo tecnicista que orientava a profissão e provendo os docentes de aportes necessários para o desenvolvimento de pesquisas históricas e epistemológicas sobre a terapia ocupacional, iniciadas no início dos anos 1980 (MERHY, 1979; FRANCISCO, 1988; GALHEIGO, 1988; MEDEIROS, 1989, 1990; PINTO, 1990a; BARROS, 1991; SOARES, 1991).

Nesse contexto, Francisco (1988) e Pinto (1990a) realizaram uma leitura epistemológica da terapia ocupacional a partir da perspectiva materialista-histórica, discutindo a prática profissional e mostrando os limites de intervenções pautadas em perspectivas positivistas ou humanistas. Estes trabalhos, publicados na virada dos anos 1980 para os anos 1990, foram importantes formulações críticas, embora as projeções acerca do que viria a ser o modelo da terapia ocupacional

materialista-histórica viessem a ser superadas pelos processos históricos subsequentes.

Ainda no cenário nacional e no contexto da redemocratização, foi de crucial importância a atuação dos movimentos de resistência que, nos diferentes setores e em diálogo com as críticas mencionadas, produziam ideias e debates com vistas à produção de transformações sociais. Os primórdios da saúde coletiva, a constituição do movimento da Reforma Sanitária e a incorporação das recomendações da Declaração de Alma-Ata foram gradualmente influenciando a compreensão e a constituição do papel do terapeuta ocupacional enquanto um profissional implicado com a saúde dos sujeitos e coletivos, em geral. A Reforma Psiquiátrica e o debate sobre a desinstitucionalização de inspiração basagliana, e a participação nos movimentos pelos direitos das pessoas com deficiência, de defesa dos direitos das crianças, jovens e idosos institucionalizados acabaram por promover um crescente engajamento social e político dos terapeutas ocupacionais na sociedade e no compromisso com as populações atendidas (BARROS, 1990; LOPES, 1999; GALHEIGO, 2003a).

Em uma retroalimentação entre as práticas realizadas e a produção do conhecimento construído a partir do diálogo crítico com o campo ampliado das ciências humanas e sociais, os terapeutas ocupacionais paulatinamente adotaram e incorporaram uma postura crítico-reflexiva e de ação prática diante daquilo que estava instituído. No âmbito da produção do conhecimento na terapia ocupacional brasileira, essas novas reflexões começaram a ser também publicadas pelos recém-criados periódicos de terapia ocupacional, nos anos 1990. As produções passaram a afirmar a necessidade e urgência de problematização e transformação da lógica e das estruturas institucionais vigentes, sendo desenvolvidas críticas à violência das instituições totais. Assim, eram problematizados os paradigmas e aparatos repressores presentes nessas instituições, e era questionada a reprodução da lógica disciplinar e de controle na prática profissional (BARROS, 1990, 1991; MÂNGIA; OLIVER; MARCONDES, 1990).

Ainda, colocavam-se em questão o mandato social, o papel e as práticas desenvolvidas pelo terapeuta ocupacional, enquanto reproduzidor do *status quo* nos âmbitos da formação, da produção do conhecimento e da prática (BARROS, 1991; LOPES, 1993). A partir do que vivenciavam na prática, terapeutas ocupacionais começaram a se posicionar de modo contrário e crítico aos esquemas racionalistas, biomédicos e normalizantes, produzindo discussões sobre as populações atendidas pela

terapia ocupacional e suas necessidades através de argumentos que incluíam dados epidemiológicos e reflexões críticas sobre as condições de vida dos sujeitos, dentre outros (LANCMAN, 1990; PINTO, 1990b; BRUNELLO, 1991; FRANCISCO, 1991; OLIVER, 1991; ROCHA, 1991). Nesse contexto, foi emblemática a crítica desenvolvida por Nascimento (1990b) às supostas propriedades terapêuticas das atividades e à centralidade do tripé terapeuta-paciente-atividade, realizada nessa conjuntura de proposições de deslocamento da ação do terapeuta ocupacional das instituições fechadas e das atividades de vida diária para o mundo da vida e para o cotidiano, nos territórios reais de existência.

Tal movimento resultou na produção de novos saberes e problematizações acerca das práticas que representavam uma vanguarda em termos das propostas existentes, em um crescente processo de conscientização, por parte dos terapeutas ocupacionais, de que eles poderiam fazer mais e fazer diferente (CASTRO; SILVA, 1990; OLIVER, 1990, 1991; SILVA, 1990; CASTRO, 1992). Nessa linha, a crítica acerca das normas e dos parâmetros instituídos em relação ao estatuto da deficiência, da loucura, da tutela, da exclusão social e da sujeição do corpo foi complexificada, com o entendimento de que o saber prático deveria ser o norteador da constituição dos campos (BARROS, 1990, 1991; FERRIGNO, 1990, 1991; OLIVER, 1991; ROCHA, 1991). Durante o período, indagações sobre o estatuto da terapia ocupacional – enquanto prática, ciência ou tecnologia – em periódicos da área, além de outras publicações, também continuaram a acontecer (MEDEIROS, 1990; TASSARA, 1993).

Pode-se afirmar que, neste segundo movimento, iniciou-se a incorporação do pensamento crítico na terapia ocupacional brasileira, inaugurando um processo de descolonização de seus saberes e práticas, e de deslocamento do papel unicamente técnico e procedimental, para um posicionamento social com compromisso técnico-político.

3.3 Terceiro movimento: constituição dos campos de saber e prática da terapia ocupacional por meio de contextualização sociopolítica, problematização teórico-conceitual e proposição de práticas emancipatórias

O terceiro movimento identificado pela pesquisa está relacionado a construção e consolidação dos campos de investigação, de saberes e de práticas da

terapia ocupacional no Brasil, rumo à proposição de práticas emancipatórias, que aparece no âmbito da produção a partir de 1997, com produções de caráter propositivo até 2005.

Como assinalado, no Brasil, a construção dos saberes e práticas se deu em diálogo com a crescente inserção de terapeutas ocupacionais em equipamentos e serviços públicos implementados nos diversos setores (saúde, assistência social, educação, cultura e trabalho). O marco histórico que veio a influenciar de modo definitivo este processo foi a implementação das políticas sociais pós-constitucionais na década de 1990, assim regulamentadas: Lei Orgânica da Saúde, Lei Orgânica da Assistência Social, Lei das Diretrizes e Bases da Educação, Estatuto da Criança e do Adolescente, para citar algumas (GALHEIGO, 1999, 2003a).

No contexto de redemocratização e de luta pela cidadania, de reestruturação das políticas sociais e de construção e implementação de novas políticas setoriais, equipamentos e serviços nos anos 1990, as inquietações acerca da ação emancipadora do terapeuta ocupacional, apresentadas no movimento anterior, majoritariamente no âmbito da crítica, deslocaram-se de modo propositivo para o cotidiano da prática profissional. Assim, a discussão dos modelos filosóficos foi entrando em desuso, dando lugar à construção de “campos de legitimidade” (MÂNGIA, 1998, p. 8), que se organizavam a partir da identificação das necessidades das diferentes populações e que buscavam a elaboração de estratégias de ação de caráter interdisciplinar, em consonância com as políticas do setor (GALHEIGO, 1999).

Nas produções, era afirmado que esse movimento estaria levando à constituição de “múltiplas terapias ocupacionais” (MÂNGIA, 1998, p. 11), dado o pluralismo e a diversidade então existentes nas práticas profissionais. A proposição que se fez à época foi a de se pensar “a terapia ocupacional como um espaço de multiplicidades discursivas e práticas, que compreende uma diversidade de campos de ação” (LIMA, 1999, p. 45), e de que esse deslocamento só seria possível por meio da compreensão complexa das diferentes problemáticas contemporâneas, isto é, por meio de um pensamento complexo (LIMA, 1999) e plural (GALHEIGO, 1999), que se nutria das leituras polioculares e multirreferenciais. Assim, a discussão acerca da identidade da terapia ocupacional ganhou outro contorno, entendida em sua pluralidade e complexidade, uma “identidade feita de diferenças” (LIMA, 1999, p. 45).

Pode-se afirmar que esse foi o momento da profissão, no Brasil, em que cada campo começou a se produzir enquanto campo de saber e prática, que

compreendia um recorte macroestrutural, histórico e conceitual, um plano político-operacional e um conjunto de ações relacionadas às necessidades sociais e de saúde dos sujeitos e dos coletivos. Um processo marcado por uma busca de elaboração de um saber-fazer interdisciplinar e crítico (GALHEIGO, 1999). Nesse período, são significativas as produções relativas aos campos da terapia ocupacional junto à pessoa com deficiência, terapia ocupacional em saúde mental, terapia ocupacional social, terapia ocupacional em saúde do trabalhador, terapia ocupacional junto à população idosa, dentre outros. A cidadania foi afirmada como o eixo norteador de novas práticas em terapia ocupacional, buscando produzir acesso e garantia de direitos para os sujeitos e coletivos tradicionalmente atendidos pela profissão (MEDEIROS, 1996, 1997; GALHEIGO, 1997, 2003a; ALMEIDA, 1997; BARROS; GHIRARDI; LOPES, 2002; OLIVER; NICÁCIO, 1999; LOPES; LEÃO, 2002; LIMA, 2003; BARROS, 2004). Assim, o compromisso ético-político com a transformação das condições concretas de existência das populações era o norte das propostas de modos inéditos de ação do terapeuta ocupacional e práticas emancipatórias (GALHEIGO, 2011).

Ainda que as produções, neste movimento, se dirigissem a grupos populacionais e campos de saber e prática distintos, quatro ideias e conceitos-chave comuns e centrais à construção de práticas críticas e emancipatórias que, embora interconectadas e em retroalimentação, podem ser identificadas: (i) a construção de práticas *desde, para e com* o contexto local e territorial; (ii) a construção de práticas *desde, para e com* o mundo da vida cotidiana; (iii) a construção de práticas *desde, para e com* a experiência subjetiva e coletiva; (iv) a construção de práticas a partir do reconhecimento das relações de poder como inerentes às trocas sociais, em um processo dialético de afirmação, resistência e transformação.

A primeira ideia foi identificada em produções nacionais acerca de práticas em saúde mental, reabilitação baseada na comunidade e terapia ocupacional social, as quais, ao se desenvolverem em contextos comunitários e territoriais, mostraram a importância de contextualização das histórias, necessidades, relações e experiências para o desenvolvimento de inéditas práticas junto aos sujeitos da atenção, reconhecendo a diversidade de pessoas e coletivos em suas comunidades e culturas, as dinâmicas de poder e os cenários onde a vida acontece – casa, amigos, trabalho, dentre outros (OLIVER; NICÁCIO, 1999; MANGIA, 2000; OLIVER et al., 1999, 2001; LOPES et al., 2001; LOPES; BORBA; REIS, 2003; BARROS, 2004).

Estas produções mostraram-se potentes para a sustentação de uma terapia ocupacional crítica, que entendia que práticas transformadoras e emancipatórias deveriam ser necessariamente desenvolvidas *desde, para e com* o contexto local e territorial. Práticas que possibilitassem criar territórios de ser e de pertencer em liberdade; territórios, construídos sócio-histórica e culturalmente, que transcendessem à geografia e servissem para se observar e criar “formas de existir, sonhar, viver, trabalhar e fazer todas as trocas sociais possíveis” (OLIVER et al., 1999, p. 5).

A segunda ideia identificada mostrou que as práticas emancipatórias deviam se construir *desde, para e com* o mundo da vida, em suas atividades e cotidianos. Advinda da crítica à concepção de atividade terapêutica (NASCIMENTO, 1990a) e das discussões sobre práxis e cotidiano na perspectiva do modelo materialista-histórico da terapia ocupacional (FRANCISCO, 1988), esta ideia passou a incorporar a produção acerca da prática da terapia ocupacional nos diferentes campos de modo amplo, de tal forma que, dado o volume, seria parcial destacar algumas produções em detrimento de outras. Certa consolidação de um deslocamento da concepção de atividade enquanto instrumento e recurso mecanicista de cura de uma ciência exata para atividade como elemento da cultura, de caráter polissêmico e complexo, que se funda numa dimensão sociopolítica e afetiva da condição humana, foi produzida. Um deslocamento para o mundo da vida que passou a afirmar a necessidade de o terapeuta ocupacional se preocupar com as condições concretas de existência de sujeitos e coletivos, pois entendia que:

A construção da qualidade da vida cotidiana refere-se à construção concreta da realidade [...]. A vida cotidiana é vista como o pano de fundo, a linha de referência pela qual podemos nos orientar (CASTRO; LIMA; BRUNELLO, 2001, p. 48).

Assim, as produções do período produziram argumentos para que o cotidiano fosse compreendido na confluência sujeito-cotidiano-história-sociedade, isto é, como centro real da práxis, que compreende repetição e transformação (ALMEIDA, 1997; CASTRO; LIMA; BRUNELLO, 2001; GALHEIGO, 2003b).

A produção de vida, nesta perspectiva, passou a ser o foco das práticas emancipatórias em suas diferentes manifestações e em diálogo com os desafios enfrentados por todos aqueles para quem os terapeutas ocupacionais destinavam atenção e cuidado. Assim, foi identificada, nas produções, a defesa de que os modos de expressão e ação dos sujeitos no mundo atendidos pela terapia ocupacional

fossem reconhecidos e valorizados *desde, para e com* o mundo da vida cotidiana, que inclui os cenários e fazeres referentes às atividades de autocuidado ou rotineiras atividades do dia a dia, ao lúdico, ao lazer, à arte ou ao trabalho, e também às oportunidades de convivência e sociabilidade, à organização coletiva para ampliação e fortalecimento da participação social, dentre outros (ALMEIDA, 1996; MEDEIROS, 1996, 1997; KINKER, 1997; OLIVER; NICÁCIO, 1999; TISSI, 1999; CASTRO, 2000; MANGIA, 2000; LOPES et al., 2001; LOPES; LEÃO, 2002; OLIVER et al., 2001, 2002; BARROS, 2004; NICÁCIO; MANGIA; GHIRARDI, 2005).

A terceira ideia que permeou as produções foi a de se pensar a construção de práticas emancipatórias *desde, para e com* a experiência subjetiva e coletiva. Esta perspectiva adveio da atribuição de importância à experiência dos usuários dos serviços e projetos não mais do lugar de objeto de intervenção, mas de sujeitos de suas próprias histórias. Assim, as proposições passaram a defender a necessidade de se conhecer e compreender a singularidade e a complexidade das condições de vida de pessoas e coletivos, por meio da escuta e validação de seus saberes, afetos, recursos e potencialidades. Deste modo, se assinalava como importante a busca e a construção de relações horizontais, que reconhecessem e valorizassem os diferentes saberes de que dispõem os usuários dos serviços. Nesta perspectiva, o terapeuta ocupacional tem o saber profissional, mas é o sujeito da atenção que detém o saber da experiência de sua condição singular de vida. Considerem-se aqui tanto as vivências da deficiência, do sofrimento, do adoecimento, da vulnerabilidade, da pobreza ou da exclusão, como as experiências derivadas das trocas afetivas e sociais, e dos modos de expressão no mundo, de resistência e de afirmação. Dessa forma, as histórias de vida, narrativas e biografias – elementos reconhecidos por possibilitar a compreensão subjetiva e as relações intersubjetivas em um coletivo – passaram a incorporar pesquisas e o desenvolvimento de práticas emancipatórias em terapia ocupacional, no sentido de serem legitimadas e entendidas como ponto de partida para entrar em relação com o sujeito da atenção, que é protagonista de seu processo (BRUNELLO, 1997; MEDEIROS, 1997; BARROS; GHIRARDI; LOPES, 1999; MANGIA, 2000; OLIVER et al., 2001; LOPES; BORBA; REIS, 2003; BARROS, 2004).

A quarta ideia em comum encontrada nos textos foi a de que práticas emancipatórias em terapia ocupacional deveriam levar em conta e se posicionar frente às dinâmicas de poder inerentes às relações pessoais, institucionais e sociais, em um processo dialético de afirmação, resistência e transformação. Assim,

mantendo a prática profissional e o conhecimento acadêmico sob escrutínio, o debate nas produções enfatizava a importância da compreensão crítica do papel do Estado e das instituições, e da capilaridade e desigualdade das relações de poder, inclusive entre os técnicos e os usuários dos serviços. Sustentou-se assim o argumento de que os profissionais deveriam refletir criticamente sobre o poder que lhes é concedido por instituições e sistemas, e considerar se eles não estavam meramente reproduzindo os mesmos mecanismos de poder que tanto criticaram. Nesta perspectiva, para ser emancipatória, as práticas dos terapeutas ocupacionais deveriam assumir o compromisso de ampliar o poder contratual de pessoas, grupos e comunidades, e tomar posição sempre frente a situações de opressão e violência (MANGIA, 2000; OLIVER et al., 2001; GALHEIGO, 2003b; BARROS, 2004).

As práticas fundadas nas quatro ideias acima afirmaram ter como horizonte a emancipação dos sujeitos e coletivos, abarcando questões, como: produção de autonomia e participação social; ampliação e fortalecimento de poder contratual e de redes sociais de suporte; favorecimento da criatividade, do lúdico, da convivência; reconhecimento das necessidades singulares e coletivas, de desejos, sonhos e projetualidades. Ainda, essas práticas se mostraram eminentemente interdisciplinares, razão pela qual seria limitado apresentar uma lista de perspectivas teórico-metodológicas e de referenciais teórico-práticos, que não fosse pela denominação ampla de perspectivas críticas. Justamente e por fim, as produções que introduzem este caráter crítico apontaram que a interdisciplinaridade é recurso importante para se lidar com a complexidade e dimensão das problemáticas por elas abordadas.

3.4 Quarto movimento: intensa diversificação teórico-conceitual e metodológica na produção de saberes e práticas de terapia ocupacional

A partir de meados dos 2000, houve um progressivo aumento da produção acadêmica (LOPES et al., 2016), sendo sua maioria referente a pesquisas. Tanto a extensão como a peculiaridade do material a ser analisado revelaram, no processo desta pesquisa, a necessidade de um estudo específico do período, conforme já explicado anteriormente. Portanto, com a intenção de completar o arco histórico apresentado no artigo, apresentamos uma visão panorâmica sobre este movimento, o quarto, apontando novos

referenciais teórico-metodológicos e de marcos histórico-sociais. A análise final completa deste movimento será apresentada em artigo próprio.

O quarto movimento identificado corresponde ao período contemporâneo, o que pode dificultar a análise e a interpretação dos achados dada a proximidade temporal. O estudo da produção indicou que, após 2006, tem início uma intensa diversificação teórico-conceitual e metodológica na produção de saberes e práticas da terapia ocupacional, tendo sido identificado um processo dinâmico que abrange a consolidação e diversificação de saberes e práticas que vinham sendo produzidos no Brasil, e a crescente incorporação de um variado conjunto de perspectivas, modelos e práticas assistenciais nacionais e internacionais.

O primeiro ponto de destaque é a mudança no perfil da produção: a publicação de artigos de pesquisas empíricas passa a ser maior do que as de pesquisas teóricas e artigos de reflexão, ensaios e relatos de experiência. Após 2006, é notável o aumento do número de pesquisas publicadas nos periódicos resultantes de iniciação científica, mestrado, doutorado, pós-doutorado e de projetos financiados pelos órgãos de fomento. Identificou-se também uma produção crescente, que é resultante de cooperação internacional. Note-se que os textos de caráter mais didático passaram a ser publicados na forma de livros, em sua maioria coletâneas, sejam gerais de terapia ocupacional ou pertinentes a determinado campo.

Essa mudança foi sendo gestada no contexto do processo de fomento à pesquisa por órgãos governamentais e por instituições de pesquisa e de ensino superior, com o incentivo de criação de grupos e linhas de pesquisa desde os anos 1990. Consulta, em julho de 2018, ao Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) mostra o crescimento significativo da pesquisa em terapia ocupacional, ao constatar que, dos 52 grupos coordenados por terapeutas ocupacionais, 30 (57,7%) foram criados entre 2010 e 2018. Este dado contrasta de modo significativo com os resultados de estudo realizado por Barros e Oliver (2003), que, na época do estudo, havia identificado 16 grupos coordenados por terapeutas ocupacionais, a partir de análise do Censo de 2000 do referido Diretório. Tal dado mostra a ampliação, também, considerando os 26 grupos identificados em estudo de Lopes et al. (2010).

A diversificação teórico-conceitual e metodológica, e a mudança no perfil da produção também tiveram influência de marcos importantes para a profissão, no âmbito da formação, incluindo a publicação das Diretrizes Nacionais Curriculares, em 2002,

a criação dos programas de pós-graduação em Ciências da Reabilitação (Universidade Federal de Minas Gerais e Universidade de São Paulo) e em terapia ocupacional (Universidade Federal de São Carlos), o ingresso de terapeutas ocupacionais docentes como orientadores em programas de interface, a criação da Rede Nacional de Ensino e Pesquisa em Terapia Ocupacional (RENETO) e a ampliação dos cursos de terapia ocupacional em universidades públicas (LOPES et al., 2016). Ademais, as pressões produtivistas colocadas pela pesquisa e pós-graduação nesta última década, com larga influência internacional, parecem ter contribuído para a mudança no perfil da produção em terapia ocupacional, no Brasil.

No âmbito das políticas orientadoras da prática, o volume de mudanças, proposições, recomendações, iniciativas e perspectivas também parece ter influenciado na diversificação das bases teóricas e conceituais utilizadas por terapeutas ocupacionais, considerando a variedade de ações práticas identificadas na produção. É presente, também, a articulação com convenções, recomendações e classificações internacionais, sejam as relativas aos direitos humanos, tal como a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, adotada em 2006 e referendada pelo Brasil em 2008 (BRASIL, 2011a), seja a Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF) promulgada em 2001 (ORGANIZAÇÃO..., 2003).

Ainda, a análise dos títulos e resumos indicou produções cujo objeto de estudo era a implementação de políticas, o que aponta para uma sintonia com as discussões acerca da expansão e consolidação das políticas sociais no Brasil, no período, nos diversos âmbitos, como saúde, educação, assistência social, cultura, trabalho e direitos humanos. Dialogam, assim, com a mudança de cenário resultante da promulgação de leis, portarias e normativas, além de políticas e estatutos, programas, planos e estratégias em diferentes setores e com foco em diferentes populações. No âmbito da saúde, foram identificadas produções sobre as práticas em unidades básicas de saúde, centros de atenção psicossocial, centros de referência à saúde do trabalhador, ambulatórios e hospitais, bem como sobre as redes de atenção à saúde e implementação de estratégias, a saber: Estratégia Saúde da Família e Estratégias de Desinstitucionalização.

Já no âmbito da formação profissional, foram identificados estudos focados na educação em terapia ocupacional e referentes à formação profissional e interprofissional pelas políticas indutoras do Ministério da Saúde (Pró-Saúde, PET-Saúde, Residência Multiprofissional de Saúde). Foram também

encontradas produções que apontam para a inserção dos terapeutas ocupacionais em equipamentos da cultura e da assistência social, sendo esta iniciativa a partir do reconhecimento da terapia ocupacional dentre as categorias profissionais de nível superior, para integrar as equipes de referência e a gestão do SUAS (BRASIL, 2011b).

Ainda, é possível identificar, na produção, uma reincorporação de perspectivas teórico-metodológicas, referenciais teórico-práticos e modelos de terapia ocupacional internacionais, tais como a Estrutura da Prática da Terapia Ocupacional: domínio e processo, produzida pela Associação Americana de Terapeutas Ocupacionais (AOTA), as Práticas Baseadas em Evidência, o Modelo Canadense de Terapia Ocupacional, o Modelo da Ocupação Humana, com destaque para os papéis ocupacionais, e a Ciência Ocupacional.

Em síntese, a análise preliminar dos títulos e resumos evidenciou a presença, na terapia ocupacional brasileira contemporânea, de práticas plurais com diferentes populações em contextos variados, incluindo serviços, equipamentos, projetos e ações de base domiciliar, comunitária, territorial, institucional e privada. Por ora, pode-se afirmar que, no quarto movimento, coexistem perspectivas diversas, tais como: desenvolvimentistas, sócio-históricas, construtivistas, psicodinâmicas e comportamentais, e termos advindos da Saúde Coletiva, das ciências humanas, da psicanálise, e de tantos outros campos de conhecimento. Identificaram-se práticas que dialogam com a Filosofia da Diferença de Deleuze, com a perspectiva da desinstitucionalização de Basaglia e Rotelli, com a Complexidade de Morin, com a Pedagogia da Autonomia de Paulo Freire, e com estudos feministas, os de gênero e a teoria queer. Há ainda práticas apoiadas na terminologia da CIF e da AOTA, fundadas na Terapia Ocupacional Baseada em Evidência, em modelos de terapia ocupacional internacionais, e na Ciência da Ocupação.

Concluindo, neste período que ainda estamos vivendo, tem acontecido uma substantiva complexificação da produção da terapia ocupacional no país e no uso de referenciais teórico-metodológicos, sem que tenha sido ainda possível sua explicitação e debate coletivo. Portanto, são necessárias futuras pesquisas em fundamentos histórico-epistemológicos da terapia ocupacional que abarquem a multiplicidade existente na profissão, no contemporâneo.

4 Considerações Finais

Estudar a produção da terapia ocupacional permitiu mapear como referenciais teórico-metodológicos foram sendo incorporados na produção nacional,

marcando a construção de novos saberes e práticas correlacionados a marcos históricos, políticos e sociais. Destaca-se o surgimento do pensamento crítico na terapia ocupacional brasileira, ao final dos anos 1970, inicialmente, por meio de crítica às práticas hegemônicas, e posteriormente, através de proposições de práticas emancipatórias. Vale novamente destacar que o estudo da produção revelou uma continuidade de práticas, saberes, perspectivas e referenciais, os quais reproduziam ou renovavam tendências anteriores.

Estudos panorâmicos sobre a produção científica, acadêmica e profissional podem ser relevantes para introduzir estudantes do ensino graduado e pós-graduado nas reflexões epistemológicas da profissão. Podem servir como ponto de partida para o desenvolvimento de pesquisas acerca dos fundamentos epistemológicos da terapia ocupacional. Ainda, é urgente que a terapia ocupacional brasileira possa afirmar a origem e os movimentos de sua produção e atuação críticas, afirmação esta, entendida por nós, como uma tendência descolonizadora.

Ainda, é preciso notar que os estudos de publicações acadêmicas e profissionais não revelam por si só o conjunto do saber-fazer produzido na cotidianidade da prática profissional, que pode expressar de maneiras diversas a reprodução de modos hegemônicos de atenção e, também, a produção de novas práticas emancipatórias. Portanto, é preciso considerar que, nos estudos sobre produção do conhecimento, os resultados revelam aspectos e, ao mesmo tempo, podem ocultar facetas da realidade. Outro limite do estudo é o fato de a produção ser majoritariamente da região Sudeste do país e ser elaborada por docentes e pesquisadores de alguns cursos de terapia ocupacional.

Finalmente, as autoras deste artigo continuarão a analisar de modo mais aprofundado a produção contemporânea, que se revelou desafiadora, ao mostrar que falamos diferentes linguagens e produzimos diferentes terapias ocupacionais no Brasil, em uma dimensão inédita para a profissão. Essa diversidade pode significar tanto a nossa potência como a nossa fragilidade. Perspectivas e concepções de sujeito, sociedade e visões de mundo coexistem, por vezes com significativa substância e coerência conceitual e metodológica, por vezes, com escassa. Corre-se o risco de um insuficiente discernimento dos fundamentos utilizados, produzindo-se uma mistura desordenada de conceitos, aportes teóricos e produção de práticas. Estudos dessa ordem são essenciais, pois a diversificação teórico-prática é um dos desafios importantes que se colocam na discussão

acerca dos fundamentos de terapia ocupacional no Brasil, no contemporâneo.

Referências

- ALMEIDA, M. C. Deficiência e cotidiano: reflexões sobre reabilitação. *Revista de Terapia Ocupacional da USP*, São Paulo, v. 8, n. 2-3, p. 81-86, 1997.
- ALMEIDA, M. V. M. Arte, loucura e sociedade: ideologias e sensibilidade na terapia ocupacional. *Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar*, São Carlos, v. 5, n. 2, p. 87-100, 1996.
- ARB, V. Terapia ocupacional em Comunidade Terapêutica. In: ENCONTRO CIENTÍFICO PAULISTA DE TERAPEUTAS OCUPACIONAIS, 1., 1972, São Paulo. *Anais...* São Paulo: Associação Paulista de Terapeutas Ocupacionais, 1972. p. 23-24. Mimeografado.
- ARKSEY, H.; O'MALLEY, L. Scoping studies: towards a methodological framework. *International Journal of Social Research Methodology: Theory & Practice*, London, v. 8, n. 1, p. 19-32, 2005.
- ASSOCIAÇÃO DOS TERAPEUTAS OCUPACIONAIS DO BRASIL – ATOB. *Proposta de reformulação do currículo mínimo de terapia ocupacional*. Rio de Janeiro: ATOB, 1980. Mimeografado.
- BARROS, D. D. A desinstitucionalização é desospitalização ou desconstrução? *Revista de Terapia Ocupacional da USP*, São Paulo, v. 1, n. 1-2, p. 101-106, 1990.
- BARROS, D. D. Habilitar-reabilitar... o rei está nu? *Revista de Terapia Ocupacional da USP*, São Paulo, v. 2, n. 2, p. 100-104, 1991.
- BARROS, D. D. Terapia ocupacional social: o caminho se faz ao caminhar. *Revista de Terapia Ocupacional da USP*, São Paulo, v. 15, n. 3, p. 90-97, 2004.
- BARROS, D. D.; GHIRARDI, M. I. G.; LOPES, R. E. Terapia ocupacional e sociedade. *Revista de Terapia Ocupacional da USP*, São Paulo, v. 10, n. 2-3, p. 71-76, 1999.
- BARROS, D. D.; GHIRARDI, M. I. G.; LOPES, R. E. Terapia ocupacional social. *Revista de Terapia Ocupacional da USP*, São Paulo, v. 13, n. 3, p. 95-103, 2002.
- BARROS, D. D.; OLIVER, F. C. Contribuindo para a discussão do Qualis de terapia ocupacional no Brasil. *Revista de Terapia Ocupacional da USP*, São Paulo, v. 14, n. 2, p. 52-63, 2003.
- BENETTON, J. Uma abordagem psicodinâmica em terapia ocupacional. *Revista de Terapia Ocupacional da USP*, São Paulo, v. 2, n. 2, p. 55-59, 1991.
- BRASIL. *Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência: protocolo facultativo à convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência: decreto legislativo nº 186, de 09 de julho de 2008; decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009*. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos, Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2011a.

- BRASIL. Resolução nº 17, de 20 de junho de 2011b. Ratificar a equipe de referência definida pela Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social – NOB-RH/SUAS e reconhecer as categorias profissionais de nível superior para atender as especificidades dos serviços socioassistenciais e das funções essenciais de gestão do Sistema Único de Assistência Social – SUAS. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 20 jun. 2011. Disponível em: <conferencianacional.files.wordpress.com/2013/12/cnas-2011-017-20-06-2011.pdf>. Acesso em: 18 ago. 2018.
- BRUNELLO, M. I. B. História de vida: uma técnica de aproximação da realidade. *Revista de Terapia Ocupacional da USP*, São Paulo, v. 8, n. 2-3, p. 87-90, 1997.
- BRUNELLO, M. I. B. Reflexões sobre a influência do fator cultural no processo de atendimento de terapia ocupacional. *Revista de Terapia Ocupacional da USP*, São Paulo, v. 2, n. 1, p. 30-33, 1991.
- CAMPOS, G. W. S. Saúde pública e saúde coletiva: campo e núcleo de saberes e práticas. *Ciência e Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 219-230, 2000.
- CASTRO, E. D. A dança, o trabalho corporal e a apropriação de si mesmo. *Revista de Terapia Ocupacional da USP*, São Paulo, v. 3, n. 1-2, p. 224-232, 1992.
- CASTRO, E. D. Arte, corpo e terapia ocupacional: aproximações, intersecções e desdobramentos. *Revista de Terapia Ocupacional da USP*, São Paulo, v. 11, n. 1, p. 7-12, 2000.
- CASTRO, E. D. et al. Análise de atividades: apontamentos para uma reflexão atual. In: CARLO, M. M. R. P.; LUZO, M. C. M. (Org.). *Terapia ocupacional: reabilitação física e contextos hospitalares*. São Paulo: Roca, 2004. p. 47-73.
- CASTRO, E. D.; LIMA, E. M. F. A.; BRUNELLO, M. I. B. Atividades humanas e terapia ocupacional. In: CARLO, M. M. R. P.; BARTALOTTI, C. (Org.). *Terapia ocupacional no Brasil: fundamentos e perspectivas*. São Paulo: Plexus Editora, 2001. p. 41-59.
- CASTRO, E. D.; SILVA, R. J. G. Processos criativos e terapia ocupacional. *Revista de Terapia Ocupacional da USP*, São Paulo, v. 1, n. 2, p. 71-75, 1990.
- CENTRO DE ESPECIALIDADES EM TERAPIA OCUPACIONAL – CETO. São Paulo: CETO, 2018. Disponível em: <www.ceto.pro.br/atividades>. Acesso em: 18 ago. 2018.
- CERQUEIRA, L. *Pela reabilitação e psiquiatria: da praxiterapia à comunidade terapêutica*. Rio de Janeiro: Gráfica Brasil, 1965.
- DOMENICO, W. S. Habilitação e Reabilitação, com crianças cegas, por técnicas desenvolvidas em terapia ocupacional. In: ENCONTRO CIENTÍFICO PAULISTA DE TERAPEUTAS OCUPACIONAIS, 1., 1972, São Paulo. *Anais...* São Paulo: Associação Paulista de Terapeutas Ocupacionais, 1972. p. 4-7. Mimeografado.
- DOMINGOS, D. O.; TAMASO, J. M.; TANIGAKI, K. Aplicação de Terapia ocupacional em cirurgia de mão. In: ENCONTRO NACIONAL DE TERAPEUTAS OCUPACIONAIS, 1., 1974, São Paulo. *Anais...* São Paulo: Associação de Terapeutas Ocupacionais do Brasil, 1974. p. 85-99. Mimeografado.
- EMMEL, M. L. G.; LANCMAN, S. Quem são nossos mestres e doutores? o avanço da capacitação docente em Terapia ocupacional no Brasil. *Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar*, São Carlos, v. 7, n. 1, p. 29-38, 1998.
- FERRIGNO, I. C. V. Reflexões sobre as questões do corpo na relação terapêutica. *Revista de Terapia Ocupacional da USP*, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 27-32, 1990.
- FERRIGNO, I. C. V. Terapia ocupacional: considerações sobre o contexto profissional. *Revista de Terapia Ocupacional da USP*, São Paulo, v. 1, n. 2, p. 3-11, 1991.
- FRANCISCO, B. R. Notas acerca da questão moral na terapia ocupacional ou correndo por fora da raia. *Revista de Terapia Ocupacional da USP*, São Paulo, v. 1, n. 2, p. 27-29, 1991.
- FRANCISCO, B. R. *Terapia ocupacional*. Campinas: Papyrus, 1988.
- GALHEIGO, S. M. *Terapia ocupacional: a produção do conhecimento e o cotidiano da prática sob o poder disciplinar - em busca de um depoimento coletivo*. 1988. 84 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1988.
- GALHEIGO, S. M. Da adaptação psicossocial à construção do coletivo: a cidadania enquanto eixo. *Revista de Ciências Médicas PUCCAMP*, Campinas, v. 6, p. 105-108, 1997.
- GALHEIGO, S. M. A Transdisciplinaridade enquanto princípio e realidade das ações de saúde. *Revista de Terapia Ocupacional da USP*, São Paulo, v. 10, n. 2-3, p. 49-54, 1999.
- GALHEIGO, S. M. O social: idas e vindas de um campo de ação em terapia ocupacional. In: PADUA, E. M. M.; MAGALHÃES, L. *Terapia ocupacional: teoria e prática*. Campinas: Papyrus, 2003a. p. 29-46.
- GALHEIGO, S. M. O cotidiano na terapia ocupacional: cultura, subjetividade e contexto histórico-social. *Revista de Terapia ocupacional da USP*, São Paulo, v. 14, n. 3, p. 104-109, 2003b.
- GALHEIGO, S. M. What needs to be done? Occupational therapy responsibilities and challenges regarding human rights. *Australian Occupational Therapy Journal*, Melbourne, v. 58, n. 2, p. 60-66, 2011.
- GALHEIGO, S. M. Perspectiva crítica y compleja de terapia ocupacional: actividad, cotidiano, diversidad, justicia social y compromiso ético-político. *Tog*, Galicia, v. 5, p. 176-187, 2012.
- GRUPO DE ESTUDOS PROFUNDOS DE TERAPIA OCUPACIONAL – GESTO. Prof. Rui Chamone Jorge. Belo Horizonte: GESTO, 2018. Disponível em: <www.grupogesto.com.br/historia/historia-do-prof-rui/>. Acesso em: 11 jan. 2018.

- JORGE, R. C. *Psico-terapia ocupacional: história de um desenvolvimento*. Belo Horizonte: Casa Dois/Ges.TO, 1995.
- KIELHOFNER, G.; BURKE, J. Occupational therapy after 60 years: an account of changing identity and knowledge. *The American Journal of Occupational Therapy*, Rockville, v. 31, n. 10, p. 675-689, 1977. PMID:341719.
- KINKER, F. S. Trabalho como produção de vida. *Revista de Terapia Ocupacional da USP*, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 42-48, 1997.
- LANCMAN, S. O dilema do uso de atividades terapêuticas nos hospitais psiquiátricos brasileiros. *Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar*, São Carlos, v. 1, n. 1, p. 24-49, 1990.
- LIMA, E. M. F. A. Terapia ocupacional: um território de fronteira. *Revista de Terapia Ocupacional da USP*, São Paulo, v. 8, n. 2-3, p. 98-101, 1997.
- LIMA, E. M. F. A. Identidade e complexidade: composições no campo da terapia ocupacional. *Revista de Terapia Ocupacional da USP*, São Paulo, v. 10, n. 2-3, p. 42-45, 1999.
- LIMA, E. M. F. A. Desejando a diferença: considerações acerca das relações entre os terapeutas ocupacionais e as populações tradicionalmente atendidas por estes profissionais. *Revista de Terapia Ocupacional da USP*, São Paulo, v. 14, n. 2, p. 64-71, 2003.
- LOPES, R. E. A direção que construíamos: algumas reflexões sobre a formação do terapeuta ocupacional. *Revista de Terapia Ocupacional da USP*, São Paulo, v. 3, n. 4-7, p. 27-35, 1993.
- LOPES, R. E. *Cidadania, políticas públicas e terapia ocupacional, no contexto das ações de saúde mental e saúde da pessoa portadora de deficiência, no Município de São Paulo*. 1999. 548 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1999.
- LOPES, R. E. et al. Terapia ocupacional no território: as crianças e os adolescentes da unidade do Brás — movimento de luta por moradia urbana. *Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar*, São Carlos, v. 9, n. 1, p. 30-49, 2001.
- LOPES, R. E. et al. Pesquisa em terapia ocupacional: apontamentos acerca dos caminhos acadêmicos no cenário nacional. *Revista de Terapia Ocupacional da USP*, São Paulo, v. 21, n. 3, p. 207-214, 2010.
- LOPES, R. E. et al. A divulgação do conhecimento em terapia ocupacional no Brasil: um retrato nos seus periódicos. *Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar*, São Carlos, v. 24, n. 4, p. 777-789, 2016.
- LOPES, R. E.; BORBA, P. L. O.; REIS, T. A. M. Um olhar sobre as trajetórias, percursos e histórias de mulheres em situação de rua. *Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar*, São Carlos, v. 11, n. 1, p. 38-53, 2003.
- LOPES, R. E.; LEÃO, A. Terapeutas ocupacionais e os centros de convivência e cooperativas: novas ações de saúde. *Revista de Terapia Ocupacional da USP*, São Paulo, v. 13, n. 2, p. 56-63, 2002.
- MALFITANO, A. P. S. Campos e núcleos na terapia ocupacional social. *Revista de Terapia Ocupacional da USP*, São Paulo, v. 16, n. 1, p. 1-8, 2005.
- MÂNGIA, E. F.; OLIVER, F. C.; MARCONDES, F. D. Juqueri: transformação impossível. *Revista de Terapia Ocupacional da USP*, São Paulo, v. 1, n. 2, p. 87-100, 1990.
- MÂNGIA, E. F. Apontamentos sobre o campo da terapia ocupacional. *Revista de Terapia Ocupacional da USP*, São Paulo, v. 9, n. 1, p. 5-13, 1998.
- MÂNGIA, E. F. A trajetória da terapia ocupacional da psiquiatria às novas instituições e estratégias de promoção de saúde mental. *Revista de Terapia Ocupacional da USP*, São Paulo, v. 11, n. 1, p. 28-32, 2000.
- MAYS, N.; ROBERTS, E.; POPAY, J. Synthesising research evidence. In: FULOP, N. et al. (Ed.). *Studying the organization and delivery of health services: research methods*. London: Routledge, 2001. p. 188-219.
- MEDEIROS, M. H. R. *A terapia ocupacional como um saber: uma abordagem epistemológica e social*. 1989. 129 f. Dissertação (Mestrado em Filosofia da Educação) – Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 1989.
- MEDEIROS, M. H. R. A produção e a transmissão do conhecimento em terapia ocupacional. *Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar*, São Carlos, v. 1, n. 1, p. 2-6, 1990.
- MEDEIROS, M. H. R. Saúde mental e terapia ocupacional: contexto atual. *Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar*, São Carlos, v. 5, n. 1, p. 5-16, 1996.
- MEDEIROS, M. H. R. A reforma da assistência ao doente mental em Campinas: indicando espaços para a terapia ocupacional. *Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar*, São Carlos, v. 6, n. 1, p. 1-6, 1997.
- MEDEIROS, M. H. R. A terapia ocupacional em relação à produção do conhecimento. *Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar*, São Carlos, v. 8, n. 1, p. 61-68, 2000.
- MEDEIROS, M. H. R. *Terapia ocupacional: um enfoque epistemológico e social*. São Paulo: Hucitec-Edufscar, 2003.
- MERHY, M. H. R. M. Reflexões sobre as atividades expressivas para uma prática terapêutica ocupacional libertadora. In: ENCONTRO CIENTÍFICO PAULISTA DE TERAPEUTAS OCUPACIONAIS, 5., 1979, São Paulo. *Anais...* São Paulo: Associação Paulista de Terapeutas Ocupacionais, 1979. p. 35-48. Mimeografado.
- MEYERHOF, P. G. Terapia comportamental aplicada à Terapia ocupacional em Retardo psico-motor. In: ENCONTRO CIENTÍFICO PAULISTA DE TERAPEUTAS OCUPACIONAIS, 1., 1972, São Paulo. *Anais...* São Paulo: Associação Paulista de Terapeutas Ocupacionais, 1972. p. 17-20. Mimeografado.
- NASCIMENTO, B. A. Contribuição à definição de uma política de extensão para o curso de T.O. da UFSCar. *Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar*, São Carlos, v. 1, n. 1, p. 7-12, 1990a.

- NASCIMENTO, B. A. O mito da atividade terapêutica. *Revista de Terapia Ocupacional da USP*, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 11-21, 1990b.
- NICÁCIO, F.; MANGIA, E. F.; GHIRARDI, M. I. G. Projetos de inclusão no trabalho e emancipação de pessoas em situação de desvantagem: uma discussão de perspectivas. *Revista de Terapia Ocupacional da USP*, São Paulo, v. 16, n. 2, p. 62-77, 2005.
- OLIVER, F. C. Reflexões sobre a relação entre trabalho e saúde e as propostas de intervenção em Terapia ocupacional. *Revista de Terapia Ocupacional da USP*, São Paulo, v. 1, n. 2, p. 76-80, 1990.
- OLIVER, F. C. O problema da incapacidade e da deficiência. *Revista de Terapia Ocupacional da USP*, São Paulo, v. 2, n. 2-3, p. 66-77, 1991.
- OLIVER, F. C. et al. Reabilitação baseada na comunidade - discutindo estratégias de ação no contexto sociocultural. *Revista de Terapia Ocupacional da USP*, São Paulo, v. 10, n. 1, p. 1-10, 1999.
- OLIVER, F. C. et al. Reabilitação no território: construindo a participação na vida social. *Revista de Terapia Ocupacional da USP*, São Paulo, v. 12, n. 1-3, p. 8-14, 2001.
- OLIVER, F. C. et al. Oficinas de trabalho – sociabilidade ou geração de renda? *Revista de Terapia Ocupacional da USP*, São Paulo, v. 13, n. 1, p. 86-94, 2002.
- OLIVER, F. C.; NICÁCIO, F. Da instituição asilar ao território: caminhos para a produção de sentido nas intervenções em saúde. *Revista de Terapia Ocupacional da USP*, São Paulo, v. 10, n. 2-3, p. 60-68, 1999.
- ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE – OMS. *CIF: Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde*. São Paulo: EDUSP, 2003.
- PÁDUA, E. M. M. Iniciação à pesquisa científica em terapia ocupacional: resultados e tendências de uma década de experiências na PUCCAMP. *Revista de Terapia Ocupacional da USP*, São Paulo, v. 2, n. 4, p. 173-181, 1991.
- PINTO, J. M. Relato de uma experiência de terapia ocupacional no Campo Social. In: ENCONTRO CIENTÍFICO PAULISTA DE TERAPEUTAS OCUPACIONAIS, 5., 1979, São Paulo. *Anais...* São Paulo: Associação Paulista de Terapeutas Ocupacionais, 1979. p. 1-8. Mimeografado.
- PINTO, J. M. *As correntes metodológicas em terapia ocupacional no Estado de São Paulo (1970-1985)*. 1990a. 161 f. Dissertação (Mestrado em História da Educação) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 1990a.
- PINTO, J. M. Ser velho no Brasil hoje e a resposta de terapia ocupacional. *Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar*, São Carlos, v. 1, n. 1, p. 13-23, 1990b.
- REIS, S. C. C. A. G.; LOPES, R. E. O início da trajetória de institucionalização acadêmica da terapia ocupacional no Brasil: o que contam os(as) docentes pioneiros(as) sobre a criação dos primeiros cursos. *Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional*, São Carlos, v. 26, n. 2, p. 255-270, 2018.
- ROCHA, E. F. Corpo deficiente: um desvio da norma? *Revista de Terapia Ocupacional da USP*, São Paulo, v. 2, n. 4, p. 182-187, 1991.
- RODRIGUEZ, C. C. Fases da habilitação e reabilitação do deficiente visual. In: ENCONTRO NACIONAL DE TERAPEUTAS OCUPACIONAIS, 1., 1974, São Paulo. *Anais...* São Paulo: Associação de Terapeutas Ocupacionais do Brasil, 1974. p. 76-84. Mimeografado.
- SCHIVARTCHE, A. A.; LINDENBOJM, B. Sistematização do treino de atividades da vida diária em deficientes mentais educáveis. In: ENCONTRO CIENTÍFICO PAULISTA DE TERAPEUTAS OCUPACIONAIS, 1., 1972, São Paulo. *Anais...* São Paulo: Associação Paulista de Terapeutas Ocupacionais, 1972. p. 12-14. Mimeografado.
- SILVA, R. J. G. O deficiente mental, esse ser desejanter. *Revista de Terapia Ocupacional da USP*, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 22-26, 1990.
- SILVEIRA, N. 20 anos de Terapêutica Ocupacional em engenho de dentro (1946-1966). *Revista Brasileira de Saúde Mental*, Rio de Janeiro, v. 12, p. 18-159, 1966. Número Especial.
- SILVEIRA, N. *Terapêutica ocupacional: teoria e prática*. Rio de Janeiro: Casa das Palmeiras, 1979.
- SOARES, L. B. T. *Terapia ocupacional: lógica do capital ou do trabalho?* São Paulo: Hucitec, 1991.
- SOARES, L. B. T.; MARQUES, M. R. M. A atuação da terapia ocupacional em um programa de reabilitação de adultos. In: ENCONTRO CIENTÍFICO PAULISTA DE TERAPEUTAS OCUPACIONAIS, 5., 1979, São Paulo. *Anais...* São Paulo: Associação Paulista de Terapeutas Ocupacionais, 1979. p. 49-76. Mimeografado.
- TASSARA, E. T. Terapia ocupacional: ciência e tecnologia? *Revista de Terapia Ocupacional da USP*, São Paulo, v. 4-7, p. 43-52, 1993.
- TELG, E. K.; MEYERHOF, P. G.; BAILÃO, V. L. M. Aspectos de reabilitação ou AVC, hemiplegia. In: ENCONTRO NACIONAL DE TERAPEUTAS OCUPACIONAIS, 1., 1974, São Paulo. *Anais...* São Paulo: Associação de Terapeutas Ocupacionais do Brasil, 1974. p. 30-39. Mimeografado.
- TISSI, M. C. Trabalho e inclusão social: depoimentos de pessoas com deficiências. *Revista de Terapia Ocupacional da USP*, São Paulo, v. 10, n. 1, p. 11-16, 1999.
- WILLARD, H. S.; SPACKMAN, C. S. *Terapêutica ocupacional*. Barcelona: J.B. Lippincott Company, 1973.

Contribuição dos Autores

Sandra Maria Galheigo e Claudia Pellegrini Braga delinearão e realizaram a pesquisa da qual decorre este texto, trabalhando em todas as suas etapas. Mariana Aparecida Arthur e Catia Mari Matsuo apoiaram a coleta, organização e análise das produções. As duas primeiras autoras redigiram o texto do artigo trabalhando diretamente em sua versão final. Todos os autores aprovaram a versão final do texto.

Fonte de Financiamento

A pesquisa obteve apoio em nível de Iniciação Científica do Programa Unificado de Bolsas - USP.

Notas

- ¹ Utiliza-se aqui “perspectiva teórico-metodológica” para o conjunto de saberes relacionados a determinadas correntes de pensamento que expressam uma visão de ser humano e sociedade.
- ² Utiliza-se aqui “referencial teórico-prático” para saberes produzidos por autores no âmbito de determinadas perspectivas teórico-metodológicas e para práticas desenvolvidas sob a forma de abordagens, métodos e técnicas aplicados a determinadas condições de vida ou de saúde.